

Balanço Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro

				Em reais
				Notas
				31/12/2021
				31/12/2020
ATIVO				65.671.964,31 64.809.851,97
DISPONIBILIDADES				28.770,26 9.149,87
INSTRUMENTOS FINANCEIROS				59.435.185,83 59.071.221,64
Títulos e Valores Mobiliários	5			7.281.019,59 15.459.404,43
Relações Interfinanceiras				10.534.950,94 3.588.475,00
Centralização Financeira	4.b			10.534.950,94 3.588.475,00
Operações de Crédito	6			37.482.953,98 36.051.912,03
Outros Ativos Financeiros	7			4.136.261,32 3.971.430,18
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO				(1.528.957,56) (2.009.784,99)
(-) Operações de Crédito	6.b			(1.528.957,56) (2.009.784,99)
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS	8			395,13 19.711,60
OUTROS ATIVOS	9			117.873,45 120.126,18
INVESTIMENTOS	10			7.467.969,32 7.467.969,32
IMOBILIZADO DE USO	11			326.105,41 267.913,99
INTANGÍVEL	12			49.865,87 45.581,98
(-) DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES				(225.243,40) (182.037,62)
TOTAL DO ATIVO				65.671.964,31 64.809.851,97
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				65.671.964,31 64.809.851,97
DEPÓSITOS	13			1.064.329,33 1.206.909,20
Depósitos à Vista				12.579,45 4.193,16
Depósitos a Prazo				1.051.749,88 1.202.716,04
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS				1.219.226,24 2.161.180,29
Obrigações por Empréstimos e Repasses	14			1.203.899,63 2.161.176,82
Outros Passivos Financeiros	15			15.326,61 3,47
PROVISÕES	17			4.080.356,69 3.965.692,67
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	18			109.519,27 74.419,16
OUTROS PASSIVOS	19			2.915.907,22 3.434.748,13
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				56.282.625,56 53.966.902,52
CAPITAL SOCIAL	20.1			44.833.301,76 42.859.148,87
RESERVAS DE SOBRAS	20.2			10.461.527,66 9.288.477,05
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	20.3			987.796,14 1.819.276,60
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				65.671.964,31 64.809.851,97

Demonstração das Sobras ou Perdas
Exercícios findos em 31 de dezembro

					Em reais
		Notas	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA			4.153.645,95	7.434.127,60	7.903.262,07
Operações de Crédito	22		3.559.231,40	6.591.035,75	7.427.806,45
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	4.b		324.831,86	410.885,00	91.395,18
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	5		269.582,69	432.206,85	384.060,44
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	23		(647.535,23)	(1.379.740,93)	(1.548.619,95)
Operações de Captação no Mercado			(38.411,25)	(54.445,25)	(33.752,44)
Operações de Empréstimos e Repasses			(9.544,97)	(15.763,01)	(8.482,07)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito			(599.579,01)	(1.309.532,67)	(1.506.385,44)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA			3.506.110,72	6.054.386,67	6.354.642,12
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS			(1.656.654,50)	(3.217.497,44)	(2.952.665,86)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços			22,23	34,16	13,82
Dispêndios e Despesas de Pessoal	24		(841.943,55)	(1.545.761,77)	(1.303.274,65)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	25		(1.367.355,19)	(2.207.052,91)	(1.538.931,52)
Dispêndios e Despesas Tributárias			(5.666,43)	(10.667,19)	(8.970,38)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	26		670.735,21	733.772,19	121.995,60
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	27		(112.446,77)	(187.821,92)	(223.498,73)
RESULTADO OPERACIONAL			1.849.456,22	2.836.889,23	3.401.976,26
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	28		710,10	1.328,37	64.054,19
Reversão de Provisões Não Operacionais			331,03	1.685,10	12.883,30
Outras Rendas Não Operacionais			690,10	690,10	68.330,65
(-) Despesas de Provisão Não Operacionais			(311,03)	(1.046,83)	(17.159,76)
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES			1.850.166,32	2.838.217,60	3.466.030,45
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			187,22	-	-
Imposto de Renda Sobre Atos Não Cooperados			93,61	-	-
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados			93,61	-	-
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS			(12.376,63)	(21.289,76)	(17.012,96)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL			1.837.976,91	2.816.927,84	3.449.017,49
JUROS AO CAPITAL	21		(1.353.816,84)	(1.904.942,20)	(1.205.224,49)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES			484.160,07	911.985,64	2.243.793,00

Demonstração do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro

	Em reais		
	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL	1.837.976,91	2.816.927,84	3.449.017,49
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	1.837.976,91	2.816.927,84	3.449.017,49

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

	CAPITAL SUBSCRITO	RESERVA LEGAL	RESERVAS ESTATUTÁRIAS	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	Em reais TOTALS
Saldos em 31/12/2019	44.470.625,02	4.650.770,75	1.245.853,85	3.609.734,57	53.976.984,19
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:					
Constituição de Reservas	-	2.906.712,02	-	(2.906.712,02)	-
Distribuição de sobras para associados	566.628,69	-	-	(703.022,55)	(136.393,86)
Movimentação de Capital:					
Por Subscrição/Realização	5.891.708,72	-	-	-	5.891.708,72
Por Devolução (-)	(9.137.461,52)	-	-	-	(9.137.461,52)
Reversões de Fundos					
Sobras ou Perdas do Período	-	-	-	245.966,09	245.966,09
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:				3.449.017,49	3.449.017,49
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(1.205.224,49)	(1.205.224,49)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	1.067.647,96	-	-	-	1.067.647,96
Destinações das Sobras do Período:					
Fundo de Reserva	-	363.855,32	-	(363.855,32)	-
Outras Destinações das Sobras do Período	-	-	121.285,11	(121.285,11)	-
FATES - Atos Cooperativos	-	-	-	(121.285,11)	(121.285,11)
FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	-	(64.056,95)	(64.056,95)
Saldos em 31/12/2020	42.859.148,87	7.921.338,09	1.367.138,96	1.819.276,60	53.966.902,52
Saldos em 31/12/2020	42.859.148,87	7.921.338,09	1.367.138,96	1.819.276,60	53.966.902,52
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:					
Constituição de Reservas	-	909.638,30	-	(909.638,30)	-
Distribuição de sobras para associados	799.255,80	-	-	(909.638,30)	(110.382,50)
Movimentação de Capital:					
Por Subscrição/Realização	5.804.623,81	-	-	-	5.804.623,81
Por Devolução (-)	(6.451.046,42)	-	-	-	(6.451.046,42)
Reversões de Fundos					
Sobras ou Perdas do Período	-	-	-	406.411,12	406.411,12
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:				2.816.927,84	2.816.927,84
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(1.904.942,20)	(1.904.942,20)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	1.821.319,70	-	-	-	1.821.319,70
Destinações das Sobras do Período:					
Fundo de Reserva	-	197.559,23	-	(197.559,23)	-
Outras Destinações das Sobras do Período	-	-	65.853,08	(65.853,08)	-
FATES - Atos Cooperativos	-	-	-	(65.853,08)	(65.853,08)
FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	-	(1.335,23)	(1.335,23)
Saldos em 31/12/2021	44.833.301,76	9.028.535,62	1.432.992,04	987.796,14	56.282.625,56
Saldos em 30/06/2021	42.966.589,53	8.830.976,39	1.367.138,96	427.825,57	53.592.530,45
Movimentação de Capital:					
Por Subscrição/Realização	3.018.946,23	-	-	-	3.018.946,23
Por Devolução (-)	(2.973.553,70)	-	-	-	(2.973.553,70)
Reversões de Fundos					
Sobras ou Perdas do Período	-	-	-	406.411,12	406.411,12
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:				1.837.976,91	1.837.976,91
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(1.353.816,84)	(1.353.816,84)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	1.821.319,70	-	-	-	1.821.319,70
Destinações das Sobras do Período:					
Fundo de Reserva	-	197.559,23	-	(197.559,23)	-
Outras Destinações das Sobras do Período	-	-	65.853,08	(65.853,08)	-
FATES - Atos Cooperativos	-	-	-	(65.853,08)	(65.853,08)
FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	-	(1.335,23)	(1.335,23)
Saldos em 31/12/2021	44.833.301,76	9.028.535,62	1.432.992,04	987.796,14	56.282.625,56

Demonstração do Fluxo de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro

	Notas	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020	Em reais
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		1.850.166,32	2.838.217,60	3.466.030,45	
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		599.579,01	1.309.532,67	1.506.385,44	
Provisões/Reversões Não Operacionais		(20,00)	(638,27)	4.276,46	
Atualização de Depósitos em Garantia		(81.187,38)	(114.664,02)	(81.714,57)	
Depreciações e Amortizações		23.312,96	46.804,89	34.657,00	
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO		2.391.850,91	4.079.252,87	4.929.634,78	
Aumento (redução) em ativos operacionais					
Títulos e Valores Mobiliários		(6.564.080,56)	(6.573.152,66)	(707.866,93)	
Operações de Crédito		(3.507.324,72)	(3.221.402,05)	1.292.512,27	
Outros Ativos Financeiros		(37.101,40)	(50.167,12)	26.866,36	
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		19.502,31	19.316,47	(13.932,40)	
Outros Ativos		88.477,94	2.891,00	(84.566,41)	
Aumento (redução) em passivos operacionais					
Depósitos à Vista		8.599,49	8.386,29	4.193,00	
Depósitos a Prazo		(269.825,63)	(150.966,16)	(63.500,41)	
Obrigações por Empréstimos e Repasses		(772.781,71)	(957.277,19)	1.538.901,21	
Outros Passivos Financeiros		3.368,50	15.323,14	(1.740,17)	
Provisões		81.187,38	114.664,02	61.681,31	
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		42.160,19	35.100,11	(13.949,57)	
Outros Passivos		(2.397.101,19)	(2.445.072,87)	(1.051.938,34)	
FATES - Atos Cooperativos		(65.853,08)	(65.853,08)	(121.285,11)	
FATES - Atos Não Cooperativos		(1.335,23)	(1.335,23)	(64.056,95)	
Imposto de Renda		93,61	-	-	
Contribuição Social		93,61	-	-	
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS		(10.980.069,58)	(9.190.292,46)	5.730.952,64	
Atividades de Investimentos					
Aquisição de Intangível		-	(4.283,89)	(6.648,99)	
Aquisição de Imobilizado de Uso		(9.931,63)	(61.790,53)	(35.087,96)	
Aquisição de Investimentos		-	-	(2.433.638,88)	
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM INVESTIMENTOS		(9.931,63)	(66.074,42)	(2.475.375,83)	
Atividades de Financiamentos					
Aumento por novos aportes de Capital		3.018.946,23	5.804.623,81	5.891.708,72	
Devolução de Capital à Cooperados		(2.973.553,70)	(6.451.046,42)	(9.137.461,52)	
Distribuição de sobras para associados		-	(110.382,50)	(136.393,86)	
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		1.821.319,70	1.821.319,70	1.067.647,96	
Reversões de Fundos		406.411,12	406.411,12	245.966,09	
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM FINANCIAMENTOS		2.273.123,35	1.470.925,71	(2.068.532,61)	
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(8.716.877,86)	(7.785.441,17)	1.187.044,20	
Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa					
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período		19.280.599,06	18.349.162,37	17.162.118,17	
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	4	10.563.721,20	10.563.721,20	18.349.162,37	
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		(8.716.877,86)	(7.785.441,17)	1.187.044,20	

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**1. Contexto Operacional**

A **COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO EMPREGADOS DAS EMPRESAS RANDON - SICOOB COOPERANDO** é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **05/08/1977**, filiada à **CCC DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL – SICOOB CENTRAL SC/RS** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB COOPERANDO** está sediado na **AV. ABRAMO RANDON, N° 770, INTERLAGOS, CAXIAS DO SUL – RS.**

O **SICOOB COOPERANDO** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Administração em **14/02/2022**.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação**a) Mudanças em vigor**

O Banco Central emitiu a Resolução CMN nº 4.720 de 30 de maio de 2019, a Resolução CMN nº 4.818 de 29 de maio de 2020 e a Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos a serem observados.

As principais alterações em decorrência destes normativos:

i) no Balanço Patrimonial, as contas estão dispostas baseadas na liquidez e na exigibilidade. A abertura de segregação entre circulante e não circulante está sendo divulgada apenas nas respectivas notas explicativas, como já adotado nas demonstrações contábeis de junho de 2021. Adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos de itens patrimoniais, tais como: ativos financeiros, provisão para perdas associadas ao risco de crédito, passivos financeiros, ativos e passivos fiscais e provisões;

ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de novas nomenclaturas das provisões para perdas associadas ao risco de crédito e destaque para as despesas de provisões;

iii) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior;

iv) readequação da estrutura das notas explicativas em função da adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos dos itens patrimoniais.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN nº 4.872, de 27 de novembro de 2020. A norma dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução BCB nº 92, de 6 de maio de 2021. A norma dispõe sobre a estrutura do elenco de contas Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN nº 4.924, de 24 de junho de 2021. A norma dispõe sobre princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis abrangidos nessa norma são: CPC 00 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro; CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos; CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro; CPC 46 - Mensuração do Valor Justo; CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

2.2 Continuidade dos Negócios e Efeitos da Pandemia de COVID-19 “Novo Coronavírus”

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. A **COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO EMPREGADOS DAS EMPRESAS RANDON - SICOOB COOPERANDO** junto a seus associados, empregados e a comunidade estamos fazendo nossa parte para evitar a propagação do Novo Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/1971, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou cooperativas entre si, para cumprimentos de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

f) Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira

Os recursos captados pela cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a cooperativa central, e utilizados pela cooperativa central para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/1971, essas ações são definidas como atos cooperativos.

g) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

h) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

i) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

j) Investimentos

Representados por quotas do **SICOOB CENTRAL SC/RS** avaliadas pelo método de custo de aquisição.

k) Imobilizado de Uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

l) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

m) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

n) Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*"pro rata temporis"*), assim como das despesas apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

o) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

p) Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

q) Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

r) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

s) Provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

t) Obrigações Legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

u) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

v) Segregação em Circulante e Não Circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

w) Valor Recuperável de Ativos – *Impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2021** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

x) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

y) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2021**.

4. Caixa e Equivalente de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos bancários	28.770,26	9.149,87
Titulos e Valores Mobiliários (a)	-	14.751.537,50
Relações interfinanceiras – Centralização Financeira (b)	10.534.950,94	3.588.475,00
TOTAL	10.563.721,20	18.349.162,37

(a) Referem-se as operações com disponibilidade imediata ou cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

(b) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB CENTRAL SC/RS** conforme determinado no art. 3º, da Resolução CMN nº 4.677/2018 cujos rendimentos auferidos nos períodos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 foram de:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendimentos da Centralização Financeira	324.831,86	410.885,00	91.395,18

5. Títulos e Valores Mobiliários

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Títulos de Renda Fixa	6.541.723,00	739.296,59	14.751.537,50	707.866,93
TOTAL	6.541.723,00	739.296,59	14.751.537,50	707.866,93

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Recibos de Depósitos Cooperativos – RDC, no **SICOOB CENTRAL SC/RS**, com remuneração de 101% do CDI.

Abaixo a composição por tipo de aplicação e situação de prazo:

Tipo	Até 90	De 90 a 360	Acima de 360	TOTAL
Títulos de Renda Fixa	-	6.541.723,00	739.296,59	7.281.019,59
TOTAL	-	6.541.723,00	739.296,59	7.281.019,59

Abaixo o resultado auferido com Títulos e Valores Mobiliários nos exercícios findos em **31 de dezembro de 2021** e **2020**.

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Títulos e Valores Mobiliários	269.582,69	432.206,85	384.060,44

6. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2021			31/12/2020
	Circulante	Não Circulante	TOTAL	
Empréstimos e Títulos Descontados	13.707.994,29	23.708.169,54	37.416.163,83	36.051.912,03
Financiamentos	7.161,54	59.628,61	66.790,15	-
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	-	-	-	-
TOTAL de Operações de Crédito	13.715.155,83	23.767.798,15	37.482.953,98	36.051.912,03
(-) Provisões para Operações de Crédito	(623.178,48)	(905.779,08)	(1.528.957,56)	(2.009.784,99)
TOTAL	13.091.977,35	22.862.019,07	35.953.996,42	34.042.127,04

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	Financiamentos	TOTAL em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021	TOTAL em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020
AA	-	Normal	631.071,62	-	631.071,62	-	325.805,34	-
A	0,50%	Normal	25.769.395,47	15.754,81	25.785.150,28	(128.925,75)	25.349.871,64	(126.749,36)
B	1%	Normal	6.931.532,60	-	6.931.532,60	(69.315,33)	5.804.838,58	(58.048,39)
B	1%	Vencidas	296.150,25	-	296.150,25	(2.961,50)	180.359,31	(1.803,59)
C	3%	Normal	1.651.698,19	51.035,34	1.702.733,53	(51.082,01)	1.527.693,36	(45.830,80)
C	3%	Vencidas	188.395,32	-	188.395,32	(5.652,00)	266.077,24	(7.982,00)
D	10%	Normal	325.998,73	-	325.998,73	(32.599,87)	275.146,08	(27.514,61)
D	10%	Vencidas	173.520,80	-	173.520,80	(17.352,08)	149.065,03	(14.906,50)
E	30%	Normal	85.588,26	-	85.588,26	(25.676,48)	71.210,53	(21.363,16)
E	30%	Vencidas	49.996,86	-	49.996,86	(14.999,06)	400.339,12	(120.101,74)
F	50%	Normal	36.372,13	-	36.372,13	(18.186,07)	35.530,19	(17.765,10)
F	50%	Vencidas	118.818,45	-	118.818,45	(59.409,23)	94.625,60	(47.312,80)
G	70%	Normal	56.933,58	-	56.933,58	(39.853,51)	27.101,65	(18.971,16)
G	70%	Vencidas	125.824,08	-	125.824,08	(88.077,18)	142.709,05	(99.896,47)
H	100%	Normal	449.456,81	-	449.456,81	(449.456,81)	317.953,13	(317.953,13)
H	100%	Vencidas	525.410,68	-	525.410,68	(525.410,68)	1.083.586,18	(1.083.586,18)
TOTAL Normal		35.938.047,39	66.790,15	36.004.837,54	(815.095,83)	33.735.150,50	(634.195,71)	
TOTAL Vencidos		1.478.116,44	-	1.478.116,44	(713.861,73)	2.316.761,53	(1.375.589,28)	
TOTAL Geral		37.416.163,83	66.790,15	37.482.953,98		36.051.912,03		
Provisões		(1.527.347,73)	(1.609,83)	(1.528.957,56)	(1.528.957,56)	(2.009.784,99)	(2.009.784,99)	
TOTAL Líquido		35.888.816,10	65.180,32	35.953.996,42		34.042.127,04		

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (em dias):

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	TOTAL
Empréstimos	4.209.697,26	9.498.297,03	23.708.169,54	37.416.163,83
Financiamentos	1.859,82	5.301,72	59.628,61	66.790,15
TOTAL	4.211.557,08	9.503.598,75	23.767.798,15	37.482.953,98

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	31/12/2021	% da Carteira
Pessoa Física	37.416.163,83	66.790,15	37.482.953,98	100%
TOTAL	37.416.163,83	66.790,15	37.482.953,98	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Saldo Inicial	(2.009.784,99)	(1.269.218,11)
Constituições/Reversões no período	2.271.187,53	25.251,68
Transferência para Prejuízo no período	(1.790.360,10)	(765.818,56)
Saldo Final	(1.528.957,56)	(2.009.784,99)

f) Concentração dos principais devedores:

Descrição	31/12/2021	% Carteira TOTAL	31/12/2020	% Carteira TOTAL
Maior Devedor	169.193,08	0,45%	214.713,13	0,60%
10 Maiores Devedores	930.520,75	2,48%	984.762,11	2,73%
50 Maiores Devedores	2.767.244,62	7,38%	2.740.598,52	7,60%

g) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Saldo Inicial	4.573.420,03	4.173.030,43
Valor das operações transferidas no período	1.790.360,10	765.818,56
Valor das operações recuperadas no período	(427.715,23)	(357.354,40)
Descontos concedidos nas operações recuperadas	(9.875,01)	(8.074,56)
Saldo Final	5.926.189,89	4.573.420,03

7. Outros Ativos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Rendas A Receber (a)	55.904,63	-	5.737,51	-
Devedores Por Depósitos Em Garantia (b)	-	4.080.356,69	-	3.965.692,67
TOTAL	55.904,63	4.080.356,69	5.737,51	3.965.692,67

(a) Em Rendas a Receber estão registrados: Rendas da Centralização Financeira a Receber da Cooperativa Central (R\$ 55.902,67) e outros (R\$ 1,96);

(b) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados os depósitos judiciais para: IRRF (R\$ 4.080.356,69).

8. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Impostos E Contribuições A Compensar	395,13	19.711,60
TOTAL	395,13	19.711,60

9. Outros Ativos

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Adiantamentos e Antecipações Salariais	10.809,92	8.170,14
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	5.013,25	1.096,02
Devedores Diversos – País (a)	85.017,78	96.497,40
Despesas Antecipadas (b)	17.032,50	14.980,89
Sem Característica de Concessão de Crédito	-	(618,27)
TOTAL	117.873,45	120.126,18

(a) Em Devedores Diversos estão registrados os saldos relativos a liquidações de Crédito Consignado do convênio com a Empresa RANDON (R\$ 85.017,78);

(b) Registram-se ainda, no grupo, as despesas antecipadas referentes aos prêmios de seguros, comissões e prêmios, processamento de dados e outros.

10. Investimentos

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Participação em Cooperativa Central De Crédito	7.467.969,32	7.467.969,32
TOTAL	7.467.969,32	7.467.969,32

O saldo é representado por quotas do **SICOOB CENTRAL SC/RS**.

11. Imobilizado de Uso

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2021	31/12/2020
Instalações	10%	5.940,00	5.940,00
Móveis e equipamentos de Uso	10%	100.018,24	95.418,24
Sistema de Comunicação	20%	-	-
Sistema de Processamento de Dados	20%	214.460,17	166.555,75
Sistema de Segurança	10%	5.687,00	-
Imobilizado de Uso		326.105,41	267.913,99
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(1.976,70)	(1.382,70)
(-) Depreciação Acumulada Móveis e Equipamentos de Uso		(179.995,93)	(139.994,58)
TOTAL de Depreciação de Imobilizado de Uso		(181.972,63)	(141.377,28)
TOTAL		144.132,78	126.536,71

12. Intangível

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Sistemas De Processamento De Dados	49.865,87	45.581,98
TOTAL de Intangível	49.865,87	45.581,98
(-) Amortização Acumulada De Ativos Intangíveis	(43.270,77)	(40.660,34)
TOTAL de Amortização de ativos Intangíveis	(43.270,77)	(40.660,34)
TOTAL	6.595,10	4.921,64

13. Depósitos

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Depósito à Vista (a)	12.579,45	-	4.193,16	-
Depósito a Prazo (b)	1.024.547,02	27.202,86	1.202.716,04	-
TOTAL	1.037.126,47	27.202,86	1.206.909,20	-

(a) Valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

(b) Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de "pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data da demonstração financeiras, pelas despesas apropriar registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R\$ 250.000,00 por CPF ou CNPJ, com exceção de contas conjuntas tem seu valor dividido pelo número de titulares, pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas cooperativas de crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme determinação da Resolução CMN nº 4.933/2021. O registro do FGCoop, conforme regulamentado, passa a ser em "Dispêndios de captação no mercado".

c) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2021	% Carteira TOTAL	31/12/2020	% Carteira TOTAL
Maior Depositante	109.795,25	10,32%	213.698,34	17,71%
10 Maiores Depositantes	576.350,29	54,15%	670.177,85	55,53%
50 Maiores Depositantes	950.221,16	89,28%	1.115.813,90	92,45%

d) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Depósitos a Prazo	(37.431,65)	(52.562,78)	(31.946,72)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(979,60)	(1.882,47)	(1.805,72)
TOTAL	(38.411,25)	(54.445,25)	(33.752,44)

14. Obrigações por Empréstimos e Repasses

São demonstrados pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

a) Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Descrição	Vencimento	31/12/2021	31/12/2020
Cooperativa Central	10/2022	1.203.899,63	2.161.176,82
TOTAL		1.203.899,63	2.161.176,82

As obrigações por empréstimo e repasses estão representadas com recursos obtidos por meio do **SICOOB CENTRAL SC/RS**, e encargos financeiros de até 20% do CDI.

b) Despesas de Repasses Interfinanceiros / Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Instituições	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Cooperativa Central	(9.544,97)	(15.763,01)	(8.482,07)
TOTAL	(9.544,97)	(15.763,01)	(8.482,07)

15. Outros Passivos Financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Cobrança E Arrecadação De Tributos E Assemelhados	15.326,61	3,47
TOTAL	15.326,61	3,47

Em Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados temos registrados os valores a repassar relativos a tributos: IOF sobre Operações de Crédito (R\$ 15.318,22) e outros (R\$ 8,39).

16. Instrumentos Financeiros

O **SICOOB COOPERANDO** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos períodos findos em **31 de dezembro de 2021** e **2020**, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

17. Provisões

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Provisão Para Contingências (a)	4.080.356,69	3.965.692,67
TOTAL	4.080.356,69	3.965.692,67

(a) Provisão para Contingências - Demandas Judiciais

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificados como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Na data das demonstrações contábeis, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais relacionados às contingências:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
Para Interposição de Recursos Fiscais	4.080.356,69	4.080.356,69	3.965.692,67	3.965.692,67
TOTAL	4.080.356,69	4.080.356,69	3.965.692,67	3.965.692,67

Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB COOPERANDO** não existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, classificados com risco de perda possível.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

18. Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Impostos E Contribuições A Recolher	109.519,27	74.419,16
TOTAL	109.519,27	74.419,16

19. Outros Passivos

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Sociais e Estatutárias (a)	2.409.112,37	3.029.592,05
Provisão para Pagamentos a Efetuar (b)	366.247,13	262.761,92
Credores Diversos – País (c)	140.547,72	142.394,16
TOTAL	2.915.907,22	3.434.748,13

(a) A seguir a composição do saldo de passivos sociais e estatutárias e os respectivos detalhamentos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a.1)	1.439.071,27	1.778.294,08
Cotas de Capital a Pagar (a.2)	948.992,52	1.233.982,20
Gratificações e Participações a Pagar	21.048,58	17.315,77
TOTAL	2.409.112,37	3.029.592,05

(a.1) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(a.2) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social;

(b) Em Provisão para Pagamentos a Efetuar temos registradas Despesas de Pessoal (R\$ 243.478,76), Despesas Administrativas da Cooperativa Central (R\$ 89.655,12) e outros (R\$ 33.113,25);

(c) Os saldos em Credores Diversos - País referem-se a Crédito de Terceiros (R\$ 122.045,90), Pendências Diversas a Regularizar (R\$ 13.156,42) e outros (R\$ 5.345,40).

20. Patrimônio Líquido

20.1) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Capital Social	44.833.301,76	42.859.148,87
Associados	7.094	6.543

20.2) Reservas de Sobras

20.2.1) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, quando do encerramento do exercício social, no percentual de **15%**, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Saldo Inicial	7.921.338,09	4.650.770,75
Destinação Exercício Anterior (AGO)	909.638,30	2.906.712,02
Destinação do Exercício	197.559,23	363.855,32
Total	9.028.535,62	7.921.338,09

20.2.2) Fundo de Estabilidade Financeira – F.E.F.

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de **5%**, utilizada para cobertura de perdas de receitas ou incremento de despesas conforme regulamento específico.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Saldo Inicial	1.367.138,96	1.245.853,85
Destinação do Exercício	65.853,08	121.285,11
Total	1.432.992,04	1.367.138,96

20.3) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 29/04/2021 os cooperados deliberaram a distribuição da sobra do exercício findo em **31 de dezembro de 2020**, no valor de R\$ 1.819.276,60 (um milhão, oitocentos e dezenove mil, duzentos e setenta e seis reais e sessenta centavos), a qual foi destinada da seguinte forma:

Descrição	29/04/2021
Ao Capital	799.255,80
A pagar a Ex Associados	110.382,50
Reserva Legal	909.638,30
Sobras Distribuídas	1.819.276,60

20.3.1) Destinações estatutárias e legais

Descrição	2021	2020
01. Resultado depois Trib. s/ Lucro	2.816.927,84	3.449.017,49
02. Remuneração sobre o Capital Próprio	(1.904.942,20)	(1.205.224,49)
03. Sobras Líquidas do Período (1-2)	911.985,64	2.243.793,00
04. Utilização de Reservas	406.411,12	245.966,09
(+) FATES	406.411,12	245.966,09
05. Resultado do Período (3+4)	1.318.396,76	2.489.759,09
06. Destinações Estatutárias e Legais	(330.600,62)	(670.482,49)
(-) FATES Resultado com Não Associados	(1.335,23)	(64.056,95)
(-) FATES 5%	(65.853,08)	(121.285,11)
(-) Reserva Legal 15%	(197.559,23)	(363.855,32)
(-) Fundo de Estabilidade Financeira - FEF 5%	(65.853,08)	(121.285,11)
07. Sobra à disposição da Assembleia Geral (5+6)	987.796,14	1.819.276,60

21. Juros ao Capital Próprio

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi de 100% da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, no montante de R\$ 1.904.942,20, aprovada pelo Conselho de Administração conforme ATA nº. 354, datado em 16 de dezembro de 2021. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 4.706/2018.

22. Receitas de Operações de Crédito

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Empréstimos	3.247.515,78	6.162.557,31	7.070.452,05
Rendas de Financiamentos	763,21	763,21	-
Recuperação de Créditos Baixados Como Prejuízo	310.952,41	427.715,23	357.354,40
TOTAL	3.559.231,40	6.591.035,75	7.427.806,45

23. Dispêndios e Despesas da Intermediação Financeira

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Operações de Captação no Mercado	(38.411,25)	(54.445,25)	(33.752,44)
Operações de Empréstimos e Repasses	(9.544,97)	(15.763,01)	(8.482,07)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(599.579,01)	(1.309.532,67)	(1.506.385,44)
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	476.465,91	959.312,65	844.341,50
(-) Provisões para Operações de Crédito	(1.076.044,92)	(2.268.845,32)	(2.350.726,94)
TOTAL	(647.535,23)	(1.379.740,93)	(1.548.619,95)

24. Dispêndios e Despesas de Pessoal

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Honorários	(56.925,00)	(103.826,25)	(79.130,25)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(72.738,47)	(130.191,18)	(114.859,61)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(172.514,14)	(347.746,83)	(303.521,87)
Despesas de Pessoal - Proventos	(526.441,21)	(945.890,21)	(786.670,09)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(13.324,73)	(18.107,30)	(19.092,83)
TOTAL	(841.943,55)	(1.545.761,77)	(1.303.274,65)

25. Outros Dispêndios e Despesas Administrativas

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Água, Energia e Gás	(1.964,48)	(4.865,80)	(5.370,95)
Despesas de Aluguéis	(7.100,02)	(14.159,39)	(15.064,19)
Despesas de Comunicações	(72.641,87)	(131.057,88)	(79.976,06)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(2.849,80)	(5.748,60)	(5.450,00)
Despesas de Material	(4.069,00)	(5.615,60)	(6.100,74)
Despesas de Processamento de Dados	(40.685,71)	(106.137,34)	(158.035,02)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(279.553,89)	(299.976,66)	(130.066,29)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(11.781,40)	(11.961,40)	(6.632,50)
Despesas de Seguros	(2.492,16)	(2.492,16)	-
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(13.869,41)	(23.851,49)	(16.888,84)
Despesas de Serviços de Terceiros	(108.331,53)	(195.379,24)	(142.927,32)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(194.473,49)	(271.286,44)	(126.277,51)
Despesas de Transporte	(858,07)	(870,07)	(185,01)
Despesas de Viagem no País	-	-	(4.430,85)
Despesas de Amortização	(1.296,28)	(2.610,43)	(1.727,35)
Despesas de Depreciação	(22.016,68)	(44.194,46)	(32.929,65)
Outras Despesas Administrativas (a)	(603.371,40)	(1.086.845,95)	(806.869,24)
TOTAL	(1.367.355,19)	(2.207.052,91)	(1.538.931,52)

(a) Em Outras Despesas Administrativas temos registradas: Despesas Administrativas da Cooperativa Central (R\$ 645.695,04), Despesas do Centro Corporativo - Sicoob Confederação (R\$ 112.099,77), Contribuição a OCERGS (R\$ 93.971,16), Emolumentos Judiciais e Cartorários (R\$ 29.114,47), Contribuição Sindical Patronal (R\$ 19.939,40), Despesas oriundas de eventos pandêmicos (R\$ 50.131,00) e outras (R\$ 135.895,11).

26. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Recuperação de Encargos e Despesas	588.529,44	612.741,08	39.533,42
Atualização de Depósitos Judiciais	81.187,38	114.664,02	81.714,57
Outras Receitas e Ingressos Operacionais	1.018,39	6.367,09	747,61
TOTAL	670.735,21	733.772,19	121.995,60

27. Outros Dispêndios e Despesas Operacionais

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Descontos Concedidos	(27.020,02)	(65.130,75)	(134.485,47)
Outras Contribuições Diversas	(2.627,13)	(5.723,00)	(4.909,31)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Fraudes Externas	(4,41)	(18,34)	(27,77)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Perdas Operacionais	-	(10,09)	(13,65)
Perdas - Falhas de Gerenciamento	(685,16)	(1.353,05)	-
Outras Despesas e Dispêndios Operacionais	(82.110,05)	(115.586,69)	(84.062,53)
TOTAL	(112.446,77)	(187.821,92)	(223.498,73)

28. Outras Receitas e Despesas

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Reversão de Provisões Não Operacionais	331,03	1.685,10	12.883,30
Outras Rendas Não Operacionais	690,10	690,10	68.330,65
(-) Despesas de Provisão Não Operacionais	(311,03)	(1.046,83)	(17.159,76)
TOTAL	710,10	1.328,37	64.054,19

29. Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme definição da Resolução BCB n.º 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, no período de 2021 foram identificados os eventos considerados “resultados não recorrentes” no valor de R\$ 50.131,00, equivalente a despesas oriundas de eventos pandêmicos.

30. Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas, para fins de Demonstrativos Contábeis e Notas Explicativas, as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, conforme Resolução CMN nº 4.693/2018.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas realizadas em **2021**:

No quadro abaixo são apresentados os saldos de operações ativas liberadas e de operações passivas captadas durante o período de 2021.

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
Sem vínculo de Grupo Econômico	35.071,93	0,07%	175,36
TOTAL	35.071,93	0,07%	175,36
Montante das Operações Passivas	11.312,10	1,55%	

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2021	
Empréstimos e Financiamentos	0,07%
Aplicações Financeiras	1,55%

b) Operações ativas e passivas – saldo em **31/12/2021**:

No quadro abaixo são apresentados os saldos das operações ativas e passivas atualizados em 31/12/2021.

Natureza da Operação de Crédito	Saldo Devedor	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Modalidade
Empréstimos	71.936,11	359,68	0,19%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Prazo	90.703,14	8,62%	1%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.
Empréstimos	1,25%
Aplicação Financeira - Pós Fixada (% CDI)	100,00%

Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do Conselho da Administração ou, quando delegada formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

d) Os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados da seguinte forma:

Descrição	2º Sem./2021	2021	2020
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(43.450,00)	(81.276,25)	(63.462,75)
TOTAL	(43.450,00)	(81.276,25)	(63.462,75)

31. Cooperativa Central

A **COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO EMPREGADOS DAS EMPRESAS RANDON - COOPERANDO - SICOOB COOPERANDO**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **CCC DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL - SICOOB CENTRAL SC/RS**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB CENTRAL SC/RS**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB CENTRAL SC/RS** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB COOPERANDO** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB CENTRAL SC/RS** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com o **SICOOB CENTRAL SC/RS**:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Ativo - Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira	10.534.950,94	3.588.475,00
Ativo – Investimentos	7.467.969,32	7.467.969,32
Total das Operações Ativas	18.002.920,26	11.056.444,32
Passivo - Obrigações por Empréstimos e Repasses	1.203.899,63	2.161.176,82
Total de Operações Passivas	1.203.899,63	2.161.176,82

Saldos das Receitas e Despesas da Cooperativa com o **SICOOB CENTRAL SC/RS**:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	324.831,86	410.885,00	91.395,18
Total das Receitas	324.831,86	410.885,00	91.395,18
Rateio de Despesas da Central	(345.911,50)	(645.695,04)	(500.116,12)
Total das Despesas	(345.911,50)	(645.695,04)	(500.116,12)

32. Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, busca identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos e Política Institucional de Gerenciamento de Capital, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, os riscos de crédito, liquidez, operacional, socioambiental e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada.

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo adequada disseminação de informações e da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das cooperativas.

32.1 Risco operacional

As diretrizes para gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área responsável por Risco Operacional, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

A metodologia de alocação de capital utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

32.2 Risco de Crédito

As diretrizes para gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações e monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;

- c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- l) aplicação de testes de estresse identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

32.3 Risco de Liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade da entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento do risco liquidez, com objetivo de assegurar que o risco das entidades seja administrado de acordo com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

As diretrizes para gerenciamento do risco de liquidez encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira e Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovadas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O gerenciamento do risco de liquidez das entidades do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente as boas práticas de gestão.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração que evidenciem, no mínimo:

limite mínimo de liquidez;

fluxo de caixa projetado;

aplicação de cenários de estresse;

definição de planos de contingência.

b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

c) existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

São realizados testes de estresse em diversos cenários, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das entidades do Sicoob.

32.4 Risco Socioambiental

As diretrizes para gerenciamento do risco socioambiental encontram-se registradas na Política Institucional de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco socioambiental consiste na avaliação dos potenciais impactos socioambientais negativos, inclusive em relação ao risco de reputação, para a elegibilidade das operações:

a) setores de atuação de maior exposição ao risco socioambiental;

b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição ao risco socioambiental;

c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição ao risco socioambiental.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo ou infantil.

32.5 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital das cooperativas é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do Sicoob para o horizonte mínimo de três anos.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual todas as instituições aderiram formalmente.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos.

32.6 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- d) continuidade planejada das operações (ativos, inclusive pessoas, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e após a interrupção;
- e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificação dos processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, anualmente, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: plano de continuidade operacional (PCO) e Plano de recuperação de desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

33. Seguros Contratados – Não Auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

34. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192/2013, compatível com os riscos de suas atividades.

O **SICOOB COOPERANDO** adota a metodologia facultativa simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado (PRS5) definido na Resolução CMN nº 4.606/2017, e o Índice de Basileia, definido na Resolução CMN nº 4.193/2013, o qual permite avaliar se o montante de capital regulamentar mantido pela entidade é suficiente para fazer frente aos riscos em que ela está exposta.

O Patrimônio de Referência (PR) encontra-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio de referência (PR)	51.311.364,28	49.738.212,92
Ativos Ponderados pelo Risco (RWAS5)	39.320.200,84	41.697.628,12
Índice de Basileia (mínimo 11,5%)	130,50	119,28
Imobilizado para cálculo do limite	144.132,78	126.536,71
Índice de imobilização (limite 50%)	0,28	0,25

35. Benefícios a Empregados

A Cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, no Plano Randonprev Fundo de Pensão, na modalidade Plano de Previdência Complementar Fechado. O plano é administrado pela Randonprev Fundo de Pensão.

As despesas com contribuições efetuadas pela Cooperativa totalizaram:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Contribuição Previdência Privada	(3.019,44)	(5.751,13)	(5.142,34)

CAXIAS DO SUL – RS

Geraldo Silvestro
Presidente

Marcelo Scopel Caberlon
Diretor Administrativo-
Financeiro

Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC-MG-071309/O-3-T-SC